

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Políticas de Ações Afirmativas:
experiências e desafios

v.30 n.1

Jan-Jun/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.1

Kátia Sento Sé Mello UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lois Mailou Jones (1905-1998)
Heritage, 1936.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](https://www.instagram.com/revistapraia vermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5	
	<i>Patricia Silveira de Farias & Kátia Sento Sé Mello</i>		
DOSSIÊ	Ações Afirmativas como interface dos direitos humanos e sua presença na legislação brasileira	9	
	<i>Marcio Toledo Rodrigues</i>		
	Lutas por Direitos em Campos de Poder: em foco o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas-RJ	34	
	<i>Ludmila Maria Moreira Lima</i>		
	Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro	62	
	<i>Márcia Leitão Pinheiro & Elielma Ayres Machado</i>		
	Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: Retrocessos e Desigualdade no Acesso à Educação	88	
	<i>Nino Rafael Medeiros Kruger & Isabela Baptista Alves</i>		
	Ação Afirmativa, Memória e Reconhecimento: Relações Raciais e Experiências Negras nas narrativas do Rap	115	
	<i>Jéssica Hipólito, José Jairo Vieira & Andrea Lopes da Costa Vieira</i>		
TEMAS LIVRES	A condição de classe em debate: reflexões teóricas e históricas	138	
	<i>Thiago Bazi Brandão</i>		
	O sub-registro de nascimento e as ações para sua erradicação na cidade do Rio de Janeiro	163	
	<i>Vinicius Monteiro Oliveira de Souza</i>		
	Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública	187	
	<i>Alzira Mitz Bernardes Guarany</i>		
ENTREVISTA	Mary Garcia Castro	212	 Você está aqui.
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		
			

Entrevista Mary Garcia Castro

por Andrea Moraes Alves

No dia 19/09/2019, entrevistei Mary Garcia Castro para a Revista Praia Vermelha. A entrevista foi realizada em sua residência no Rio de Janeiro. Mary Castro está como professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, e por isso a oportunidade de encontrá-la para uma conversa.

Praia Vermelha Eu queria começar te perguntando sobre a sua formação intelectual. Quem foram as autoras e os autores que te formaram?

Mary Garcia Castro São tanto autores no plano acadêmico quanto autores que não eram propriamente desse plano. Autores mais do plano político porque eu tenho militâncias em movimentos sociais feministas e em partidos de esquerda que começaram cedo. Uma autora de postura de vida, como estar à esquerda, que mais me influenciou, foi minha mãe. Ela não era propriamente uma acadêmica. A minha mãe foi vedete do Cassino da Urca e o meu pai era militar, tataraneto de Floriano Peixoto. Meu pai me sequestrou e eu fiquei longe da minha mãe. Eu só fui conhecê-la com a idade de 6, 7 anos. Então, o que ela me falava, para mim, era lei, mais por sedução da mulher bonita e o ter descoberto que tinha uma mãe já em infância tardia. Para ela, a questão dos estudos era muito importante. Os primeiros livros foi ela quem me deu. Eu me lembro que com a idade de 10 anos eu ganhei a coleção de Monteiro Lobato. Com a idade de 15, a coleção de Jorge Amado. Foram autores que me influenciaram muito. Curioso que eu então não percebi em Monteiro Lobato o que hoje é denunciado como racismo por ativistas do movimento negro. Já o romance de Jorge Amado que mais me influenciou foi “Subterrâneos da Liberdade” que é a história da Intentona Comunista. Sonhava em ser a “Mariana”, heroína comunista no romance.

Entrei na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para cursar sociologia um pouco tarde porque tinha que conciliar trabalho e estudo. Eu tinha 22, 23 anos; muitos já estavam terminando. Entrei no ano do Golpe Militar.



Mary Garcia Castro tem doutorado em sociologia pela Universidade da Flórida, é docente aposentada da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora da FLACSO-Brasil. Em sua extensa carreira como pesquisadora, trabalhou no IBGE (coordenando a área de Estudos de Mobilidade da População), na OIT e na UNESCO-Brasil, entre outras instituições. Tem vários estudos publicados sobre migrações internacionais, juventudes e gênero com ênfase em questões sobre identidades. Mary Garcia Castro tem também uma longa trajetória como ativista no campo feminista. Esta entrevista é uma lição sobre a história da pesquisa em ciências sociais no Brasil e sobre construir-se no feminismo.

Em 1980-1984, desenvolvendo estudo sobre mulheres colombianas em New York, filiada à Universidade de New York, fiz amizades com autoras do campo de estudos sobre gênero, antropólogas de orientação marxista que foram grandes influências como Eleanor Leacock e Helen Safa, que depois foi minha mentora e parceira de estudos, já cursando pós-graduação na Universidade da Flórida, Gainesville (1985-1989). Autores que também me influenciaram desde aquele período foram Wright Mills e Pierre Bourdieu.

Helen Safa, que fazia estudos antropológicos sobre mulheres chefes de família, no Caribe, me incentivou a trabalhar com ela na Universidade da Flórida. Mas, na minha tese “Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil (São Paulo and Bahia - 1950-1980)” – -por influência do meu orientador, Charles Wood – enfrentei altas estatísticas, como modelos para dados nominais para o debate das relações entre classe, raça e gênero/sexo, para discutir pobreza de mulheres chefes de família versus esposas, considerando bases censitárias. Devo muito a Wood essa imersão em modelos estatísticos, ainda que a minha atração então fosse em debates teóricos feministas sobre gênero, trabalho e família, que desenvolvia por trabalhos com Helen Safa, inclusive em pesquisa em Cuba. Na tese, o objeto era questionar a tese muito comum na sociologia de que as mulheres chefes de família eram as mais pobres entre as pobres e o lugar de indicadores como raça, renda e ocupação.

Ressalto, na minha trajetória, essa combinação de caminhos, não necessariamente por escolhas, mas circunstâncias, de envolvimento com trabalhos quantitativos e atração pela linha ensaísta, de debates teóricos e por literatura e trabalhos de campo.

Houve um período em que eu trabalhei no Rio, no IBGE (1972-1981), com autores no campo de estudos quantitativos como Nelson do Valle, Lyra Madeira e Spiridião Faissol. Foi um período muito rico, fase de trabalhos com dados secundários, quando aprendi a buscar nos dados mais do que o dado. Fiz também no Rio, após um mestrado em Sociologia da Cultura na UFBA (1968-1970), com autores mais orientados por debates epistemológicos como Machado Neto, outro mestrado, na área de planejamento urbano na COPPE/UFRJ (1977-1979). Fui me orientando para a

análise quantitativa com informações desagregadas por setor censitário. Tanto o professor Isaac Kertinesky, economista, quanto o Spiridiao Faissol, geógrafo e o Lira Madeira, estatístico, tinham domínio no tratamento de dados, grandes números, com sensibilidade para o qualitativo. Destaco muito essa vantagem de circular entre pessoas com sólidos conhecimentos no campo da metodologia quantitativa, mas que não se fechavam para explorações do empírico por outros caminhos, o que me possibilitou caminhar para uma sociologia quanti-qualitativa. No IBGE e no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, por convênio com a OIT, estudei em equipe interdisciplinar o tema das migrações internas.

Entre 1978 a 1980, desenvolvi pesquisas sobre mulheres migrantes na Colômbia. Morei dois anos na Colômbia desenvolvendo estudos sobre o serviço doméstico, como consultora da OIT e, ensinando na Universidade de los Andes e na Nacional, metodologia quanti-quali e estudos sobre gênero e família na América Latina.

Tinha dois filhos nessa época e me separei. Fiquei quase 15 anos longe dos meus filhos, já que depois do período na Colômbia desenvolvi estudos e cursei doutorado nos EUA. Eu os via de tempos em tempos. Quem foi pai e mãe dos meus filhos foi o Pedro Castro, meu ex-marido, também sociólogo e grande amigo de toda a vida. Talvez por esse entrelace entre o público e o privado, contando com um companheiro tão especial, que me possibilitou algo raro para as mulheres mesmo de classe média, qual seja seguir carreira, poupada do trabalho de maternagem, eu tenha interesse em estudar hoje maternidade – também pelo caso da minha mãe – e sobre o patriarcado, além das microrrelações familiares, mas como estruturante de relações sociais diversas e reprodução quer de sistema social (ver Silvia Frederici) quer da vida, tanto por contribuir para socializações de subordinação quanto para rupturas (ver Chodorow, por exemplo).

Fui para os EUA, no início dos anos 80, onde no Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de New York, desenvolvi estudo com/sobre mulheres migrantes colombianas, publicando em 82 o trabalho “Mary’s and Eve’s in the Big Apple. Colombian Women and social reproduction”. Entre as várias referências para debate sobre reprodução social, migração e gênero, destaco os

trabalhos de Saskia Sassen sobre globalização e metrópole, além dos de Lourdes Beneria, sobre gênero e migrações internacionais.

Praia Vermelha Você é do Rio de Janeiro. Como foi parar na Bahia?

Mary Garcia Castro Tive uma bolsa para estudar inglês, ainda juvenzinha, 17 anos, para fazer um curso de inglês nos Estados Unidos. Aí eu volto, então minha mãe que era baiana, por questões de saúde, resolve ir morar na Bahia, o que foi um choque violento porque eu vinha de quase dois anos nos Estados Unidos, carioca, e vou para uma Bahia, então uma sociedade relativamente conservadora e provinciana. Lá eu faço concurso para a UFBA. Eu estudava e trabalhava como secretária do Programa 4S, um programa que trabalhava com extensão rural. Eu viajava muito para a área rural o que ampliou minha visão sobre pobreza e desigualdades sociais.

À sua pergunta inicial: Quais foram os autores que me influenciaram? Ou seja, por que eu procurei esses autores?, respondo: A graduação foi um tempo de leituras de trabalhos de Florestan Fernandes, Caio Prado, Octavio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz, José de Souza Martins e Perseu Abramo – de quem fui assistente quando na graduação. Autores que colaboraram com perspectiva crítica estrutural para melhor compreender desigualdades sociais. Com o golpe militar, saímos Pedro Castro e eu para o Chile. Em Santiago, ele fez pós-graduação na Flacso e eu consegui matrícula na escola de sociologia da Universidade do Chile. Foram tempos de sistemática leitura das obras clássicas de Marx, debates em aulas de um livro em formação, “A Teoria da Dependência”, com seus autores, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, contato com trabalhos de Ruy Mauro Marini. Tempo de convivência com o pensamento da CEPAL e do CELADE, importantes centros latino-americanos de estudos sobre o modelo de substituição de importações (CEPAL) e de demografia.

O Pedro Castro (ex-marido) foi outra pessoa que me influenciou muito e colaborou com estudos dos clássicos do marxismo, em especial Lenin – autor que ele mais estudou. Tínhamos uma relação de grande companheirismo e colaboração inclusive nas atividades domésticas. Eu não sou feminista por conta de traumas pessoais. Eu não chego ao feminismo por aí. Fui casada com um cara maravilhoso que me dava abertura para a vida intelectual e a militância, quer feminista quer partidária. Fomos

parceiros, amigos e, juntos no Chile, tínhamos redes de afeto e de debates políticos amplos tanto com brasileiros exilados como com chilenos.

Na inserção em grupos feministas no Brasil, o que se dá na década de 70, lembro, dentre outras, da Hildete Pereira de Mello, grande amiga até hoje, economista, de orientação marxista e feminista. Com a Hildete comecei a frequentar o Centro da Mulher Brasileira. Nas pesquisas que fazíamos – ela na UFF, eu no IBGE – assim como nos trabalhos em periferia, por militância, sempre chegávamos aos mesmos resultados: a mulher estava sempre em situação inferior quanto a rendimentos, sofria com várias jornadas de trabalho e vários tipos de violências, inclusive domésticas. De fato, cheguei a me interessar pela situação das mulheres, não pelo feminismo, foi pela pesquisa mesmo, e a primeira foi sobre migrações, e a segunda sobre o trabalho doméstico remunerado.

.Creio que a minha vida intelectual foi se modelando por vivências, afetos, convivência em comunidades de pesquisadores e livros. Em nível acadêmico stricto sensu, a sociologia reflexiva, compreensiva e os autores de orientação marxista, como Bourdieu, eram os mais consultados.

Praia Vermelha Então, pelo que você conta, um tema que te atravessa são as formas da reprodução.

Mary Garcia Castro Sim, as formas subalternizadas da reprodução, do migrante; da mulher migrante; do jovem; do negro; daqueles ditos em relações não capitalistas, mas básicos ao capitalismo, como destacados no debate hoje sobre decolonialidade.

Do migrante subalternizado passei aos estudos de gênero e dos estudos de gênero aos estudos de juventude e daí para raça-gênero-geração-classe. No primeiro número da revista *Estudos Feministas*, tenho um artigo que bem registra tal ponto. É de 1992: “A Alquimia das categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Gênero, geração, raça e classe no serviço doméstico na Bahia” (recém-republicado em coletânea organizada por Heloisa Buarque de Holanda-2019-intitulada “Pensamento Feminista Brasileiro, formação e contexto”). Aliás nesse livro e no outro também organizado por Heloisa Buarque de Holanda, de 2019, “Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais”, estão autoras que influenciaram a nossa geração, nos anos 80/90, clássicos do feminismo.

Na Colômbia, como me referi, em meados da década de 80, já havia desenvolvido para a OIT um trabalho sobre o serviço doméstico. E em Nova Iorque, quando desenvolvia estudo sobre mulheres migrantes colombianas (Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de New York), iniciei parceria com a antropóloga Elsa Chaney. Dessa parceria saiu o livro, em 1991, “Muchachas no More. Household workers in Latin America and the Caribbean” (Routledge), que colaborou para a criação, por trabalhadoras domésticas organizadas, da Confederação Latino-Americana de Trabalhadoras Domésticas Organizadas - CONLACTRAHO. Entidade que hoje reúne cerca de 25 sindicatos de trabalhadores domésticos remunerados em diversos países da América Latina. É um dos trabalhos que mais me orgulha por ter reunido sindicalistas e pesquisadores e estimulado a criação de uma rede institucional sindical modelada pelas trabalhadoras organizadas, em que as pesquisadoras colaboravam, porém com a liderança das trabalhadoras. Tal trabalho foi idealizado por Elsa Chaney que deu assessoria voluntária a CONLACTRAHO até sua morte em 2000, mais ou menos. Colaborar com Elsa Chaney nessa atividade foi uma grande experiência, como também nesse tempo compartilhar com Mary Goldsmith tal trabalho de consultoria. Destaco os trabalhos de Mary Goldsmith assim como os de Helleith Saffioti no estudo sobre serviço doméstico remunerado, ambas de corte feminista marxista.

Em 1985 em New York, Helen Safa, então coordenadora do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade da Flórida, me chama para fazer o doutorado lá. Lá havia um brasileiro, o demógrafo Charles Wood, que trabalhava muito com o Censo brasileiro. O Charles estava interessado na minha experiência com o censo e por trabalhar bem com análise quantitativa. Então, no doutorado, ele foi meu orientador, mas eu já estava me afastando da análise quantitativa. Os contatos com a antropologia, em especial com a Helen Safa, a Elsa Chaney e a Eleanor Leacock, já tinham me atraído para estudos de caso, a ‘cachaça’ do campo, para trabalhos mais qualitativos. Eu tinha ficado fascinada com cursos nessa linha e com leituras de um autor que até hoje muito me influencia, o Herbert Mead e o interacionismo simbólico. Aí eu entrei para valer nessa discussão do eu e o outro, a micropolítica e a questão da subjetividade. Tempo de cursos na Universidade da Flórida sobre Herbert Mead, na Escola de Chicago: Oscar Lewis,

Street Corner Society. E aí o Charles Wood, meu orientador (risos) quase ‘pirou, porque ele queria era um trabalho quantitativo macro-orientado, a partir dos censos brasileiros. A gente ficava até tarde da noite rodando aquele monte de tabelas. Quando eu defendi a tese, ele me deu uma festa na Universidade da Flórida e um “diploma”, que eu guardo até hoje com carinho, que observa: “nunca ninguém fez tanta tabela para provar que Marx tinha razão” (risos).

Na mesma linha da Helen Safa e da Eleanor Leacock, no Brasil, muito devo intelectualmente a um grande ser humano orientado por vida acadêmica comprometida com o combate a injustiças, desigualdades e um feminismo de corte emancipacionista/socialista, a Heleieth Saffioti. Ela foi uma grande amiga e mentora e olhe que nós tivemos brigas feias. Escrevi com a Lena Lavinás, grande amiga, reconhecida economista e de parceria feminista, um artigo intitulado “Do Feminino ao Gênero. A Construção de um Objeto” que foi publicado em “Questão de Gênero” (1992), organizado por Cristina Bruschini e Albertina Oliveira Costa – livro de grande repercussão na área de estudos de gênero. Naquele artigo éramos muito críticas do conceito de patriarcado. Para as feministas marxistas mais linha dura, patriarcado era um conceito a-histórico. Heleieth ficou muito irritada com nossa posição, ela vinha de um marxismo mais avançado e defendia um conceito de patriarcado que se afastava de Max Weber, enquanto Lena e eu criticávamos o conceito por associá-lo a Weber. Foi Heleieth quem me apresentou outros autores no campo marxista, que eu não vou dizer que conheço a fundo, mas que pretendo: Lukács e Gramsci, porque é um marxismo que resgata cultura e subjetividade. Anos antes da morte de Heleieth tive a oportunidade de pagar para com ela uma dívida intelectual política fazendo uma autocrítica e aderindo ao conceito de patriarcado, como ela bem o discute em livro de 2014, alinhada a estudos de Pateman.

E eu não tinha me dado conta de que através de Lukács eu estava me aproximando de temas que hoje muito me interessam: desejo, subjetividade, reprodução sistêmica e ontologia do ser, assim como da crítica por estudos de literatura e análise de discurso. Se terei fôlego de explorar tal autor como devido é outro capítulo de novela em andamento.

Acho que a minha vantagem nas andanças intelectuais foi a ânsia de aprender e de buscar caminhos novos. Nunca estive contente com meus marcos, fechar-me em alguns autores ou linhas de análise. Eu deixei de investir na área quantitativa porque eu queria ir além do empírico posicionado, e mais explorar movimento, contradições nas relações, e o lugar da subjetividade, do desejo e análise sobre representações, o que pedia investimentos em psicologia social. Em muito contribuindo para esse norte também estão leituras de Guattari e Deleuze.

O último modelo estatístico que eu fiz foi o modelo de análise multivariada com categorias nominais para a tese de doutorado sobre mulheres chefes de família. Provei estatisticamente que as mulheres chefes de família não eram as mais pobres entre as mais pobres, mas algumas mulheres, como as negras e não necessariamente na posição de chefes de família. As mais pobres entre as mais pobres eram as esposas se considerada a variável renda individual. As mulheres chefes de família eram as mais pobres se a variável era a renda domiciliar, e elas em coortes etários mais jovens, ou seja, sem a contribuição da família extensa.

Já na pesquisa “A reprodução da desigualdade em nome da igualdade. Racismo nas escolas”, co-coordenado com Miriam Abramovay e desenvolvido com equipe interdisciplinar (UNESCO, 2006), mostramos, com dados do MEC/SAEB, que o desempenho escolar de adolescentes no ensino médio, registrados como não brancos, era bem mais baixo do que o dos registrados como brancos. Mas, controlando por nível de vida das famílias, aparecia um dado curioso. Nas famílias de nível de vida mais alto, havia uma diferença mínima entre brancos e não brancos quanto a ‘scores’ em matemática e português; já nas famílias de nível de vida mais baixo, a diferença entre brancos e não brancos era muito alta e negativa para os não brancos, ou seja, mesmo na pobreza, raça conta. O Ali Kamel, do Globo, que se destacou no combate às cotas, arrasou com essa pesquisa em editorial do Globo. Disse que não era pesquisa e que o problema de destacar o peso da raça era pelo que considerávamos como nível de vida (índice abep de consumo e características educacionais da família). Mas, a importância do estudo, sua parte quantitativa, foi realçar desvantagens acumuladas para os ‘negros’ em relação aos brancos, que não se dissipam mesmo entre os melhor posicionados quanto a nível de vida, ressaltando-se portanto o

peso da raça, hierarquicamente negativa para os não brancos independentemente da posição quanto a nível de vida

Praia Vermelha Mas você acha que tem uma oposição entre uma coisa e outra?
Pesquisa qualitativa e quantitativa?

Mary Garcia Castro De maneira nenhuma, ao contrário! Na UFBA, e na Universidade Católica de Salvador – período em que eu fui professora de metodologia (2004 a 2017) –, alinhava-me à orientação de Minayo por pesquisas triangulares e ao debate epistemológico sobre interdisciplinariedade e pensamento complexo (Casanova e Morin, por exemplo). O que eu mais gostava nos estudos, por exemplo, que eu participei no período que estive relacionada à UNESCO (entre 2000-2008) e com a Flacso-Brasil (até o presente) sobre juventudes e temas como sexualidade, desempenho escolar, racismo e violências na escola – todas com a socióloga Miriam Abramovay – que até hoje é minha grande parceira de trabalho e amiga –, foi que nos orientávamos pela combinação de *surveys* com pesquisas por entrevistas e grupos focais e avançávamos por debates reflexivo-compreensivos. Com Miriam derrubamos a comum ideia de que só na universidade se faz pesquisa com rigor metodológico e debates teórico-conceituais. Encontramos no âmbito da Unesco-Brasil, quando essa tinha como representante o sociólogo e educador Jorge Werthein, ambiente para estudos preocupados em elencar recomendações de políticas públicas e modelados por discussões sobre o estado da arte dos eixos temáticos com pesquisas metodologicamente robustas quanti e qualitativamente. Era uma linha dos estudos coordenados por Miriam Abramovay com a seguinte combinação: formação de equipes interdisciplinares e estudos de ampla abrangência no plano dos *surveys*, a maioria nacionais, combinados com estudos de casos em varias regiões. A UNESCO com a parceria de instituições nacionais, como o MEC e o Ministério da Saúde, deixou um legado de estudos singulares, com a vantagem de mobilizar recursos financeiros, humanos e institucionais de uma ordem que grande parte dos pesquisadores na academia não dispunha, muito menos hoje, via os organismos nacionais de fomento.

O que sempre me interessou muito em metodologia é que a depender de como você desenha os seus dados, combina os indicadores, você vê coisas diferentes e, insisto como o dado não é dado, pede análise reflexiva, teoricamente informada. No IBGE eu

adorava fazer isso, mexer com os dados das PNADs e dos censos, e dialogar em distintos níveis, por análises multivariadas e em equipes interdisciplinares. Tinha uma equipe com formação em demografia, mas com colegas de distintas origens disciplinares e nos orientávamos por modelagem multivariada, cruzamentos vários, já nos antecipando à orientação de intersecções, apesar de que não gosto deste termo.

Praia Vermelha Mas porque você não gosta da palavra intersecção?

Mary Garcia Castro Respeito e apoio o acento dado pelos movimentos sociais, em especial o feminismo negro, ao conceito de intersecção, de luta integrada. Alinho-me à crítica de Kergoat (2010) que considera que Kimberlé Crenshaw, em seu artigo “Mapping the margins”, foi criativa no uso do conceito, referindo-se à “maneira como o posicionamento das mulheres negras, na intersecção de raça e gênero, torna sua experiência concreta da violência conjugal, da violência sexual e das medidas para remediá-las, diferentes das mulheres brancas” (Kergoat, 2010). Mas, segundo Kergoat, o conceito padece de viés funcionalista, reduzindo dinâmica de relações sociais a posições. Acho que hoje há um uso e abuso do conceito de intersecção tanto no plano de movimentos sociais como da academia, quando se confunde análises multivariadas, cruzamentos de dados, com entrelaçamento de categorias que correspondem a sistemas de relações sociais. Eu gosto como a Kergoat critica o termo e mais, defendendo o uso do conceito discutido por essa autora, o de consubstancialidade. Ela faz a crítica a autores que, no afã de combater o economicismo de um marxismo vulgar de que tudo seria classe, acabam indo para outro extremo: tudo é raça.

Por exemplo, uma autora que eu gosto muito é a Ângela Davis, ela não usa o conceito de intersecção. E ali está a relação entre raça, gênero e classe. O conceito de intersecção é um conceito afim à sociologia funcionalista, são retas que se cruzam, posições que se cruzam, metáfora da geometria. Quando se fala raça, classe e gênero, você está falando de processos históricos: escravidão, colonialismo, patriarcado, capitalismo-produção de riquezas. São processos que colaboram um com o outro e que podem também se chocar quanto a interesses. A depender do momento histórico, um processo, uma categoria pode falar mais do que outro, ser mais ou menos relevante para resistências,

decolonizações. Interseccionalidade e identitarismo são dois conceitos que paradoxalmente se retroalimentam, e são produtos da virada do século, da marginalização da preocupação com estruturas e projetos de mudanças sociais e acabam servindo para tudo, em especial para fragmentações. Os funcionalistas usam de um jeito, os estruturalistas de outro jeito, os pós-estruturalistas de outro.

Então, não basta você falar de interseccionalidade como termo, mas sim como conceito, o que pede qualificar teoricamente o que se está dizendo. Aí o conceito ganha força teórico-política e se afasta de um viés 'identitarista', colaborando para o resgate do debate de identidades como processos sociais. Agora, a crítica conceitual sobre interseccionalidade é uma questão muito sensível, política, e pelo respeito que eu tenho pela história e pelo sofrimento do povo negro, especialmente das mulheres negras, não sou eu que vou enfrentar as pesquisadoras e militantes do feminismo negro quando elas usam o conceito de interseccionalidade. Mas, em nível teórico epistemológico, insisto: pede reflexão sobre cada relação social – classe, raça e gênero – pede historicidade e como se daria em termos dialéticos a combinação dessas, e o lugar das relações de poder e dominação.

Praia Vermelha A Patrícia Collins tem chamado atenção para isso, ela diz que a interseccionalidade perdeu a sua força crítica quando migrou do movimento de mulheres negras para a Academia; essa migração fez com que a ideia de interseccionalidade se perdesse...

Mary Garcia Castro Eu não conheço essa fala dela; tenho seu livro, "Intersectionality", escrito com Sirma Bilge (2016), ainda não o li com o cuidado devido, mas já nas primeiras páginas ela adverte sobre a complexidade do conceito e as possíveis várias acepções.

Preocupa uma visão negativa absolutista em relação à academia. Sugerir que tudo é culpa da Academia e assumir deslumbramento com os movimentos sociais como conhecimento único ou principal só conduz a sectarismos. Resgato o debate de Weber sobre o acadêmico e o político, suas lógicas singulares. Diálogo, retroalimentação entre conhecimentos, é muito importante, como o é o reconhecimento das singularidades quanto a lógicas. De fato, a academia pecou e continua pecando por hermetismo, mas como defende Bourdieu, é aí que se aprende a ter vigilância

epistemológica, priorizar o questionar, a crítica inclusive a verdades bem-intencionadas.

O movimento social é político. O saber político, segundo Weber, pede afirmação, busca convencimento, tomar partido. O saber acadêmico não é neutro, mas melhor serve a causas e projetos, via questionamento crítico, inclusive de verdades que em política pedem defesa.

O empobrecimento e simplificação com o uso acrítico do termo interseccionalidade, como também do termo identidade, vêm se dando tanto na academia quanto em movimentos sociais de corte identitário, quando esses mais assumem postura por políticas de identidade e não o debate sobre a importância de considerar identidades na política.

A Academia tem que fazer seu dever de casa, ou seja, qual é a epistemologia que está por trás dos conceitos? De qual campo teórico faz parte o conceito? E, por outro lado, tem havido, sim, uma quebra de diálogo entre movimentos sociais e a academia, bem como por parte dessa: insistência em eurocentrismos, para usar perspectiva decolonial, hermetismo e elitismo, não reconhecendo a diversidade de doxas, e a importância do conhecimento gestado no plano de vivências coletivas e de movimentos sociais.

Quem eu gosto mesmo é da Conceição Evaristo nas suas 'escrivivências', eu acho que aí, sim, ela faz uma rica interseccionalidade. Também gosto muito da forma como a Sueli Carneiro usa os conceitos de identidade e interseccionalidade, muitas vezes sem os nomear. Ambas decolam de um real concreto, mas não estacionam no empírico, refletem por projetos, ainda que por caminhos diferentes, considerando vontades e projetos emancipatórios, no caso, de coletivos e individualidades.

Hoje me mobiliza intelectual e politicamente o debate sobre decolonialidade e emancipação, e por aí, autores como Lugones, Yuderkis Espinosa Miñoso, Rita Segato, precursores como Quijano, e indo mais longe, o marxista Mariategui, bem como, como já declarei, Gramsci, Lukacs e Fanon (reconhecendo que preciso mais investir nesses, urgentemente), bem como o marxista Losurdo – por sua noção de lutas de classes. São autores que decolam, de questões contemporâneas, a complexidade da composição de classes e lugares sociais de mobilização de desejos, vontades,

resistências; que combinam análises de estruturas sociais; questionam a história oficial sobre modernidade com aportes sobre cultura, estrutura e subjetividade – mas isso é um projeto de vida, quanto a estudos. Ressalto também a leitura crítica de Quijano por Michel Cahen e Ruy Braga (2018), sobre a importância do debate sobre subalternidade, conceito gramsciano, mas o cuidado com culturalismos e, segundo Cahen, “que a questão da herança deve ser examinada caso a caso [...]”; que a “identidade é cotidianamente reinventada no novo contexto [...]” e há que mais resgatar a economia política nos estudos sobre decolonialidade e pós-coloniais.” Confesso que me faço essa autocrítica, pois melhor me movo no debate sobre colonialidade do saber e do ser, do que no da colonialidade do poder.

No plano de colonialidade do saber e do ser e sendo crítica ao peso de nossa herança acadêmica eurocêntrica, tenho também mais recentemente me dedicado a estudos sobre etnicidade e produção afrodiaspórica de mulheres. Fui iniciada nessa área no período que participei como professora no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas na Contemporaneidade da UESB, em Jequié (2016-2018) e os contatos feitos aí, principalmente com a professora Marisa Santana, grande estudiosa sobre legados africanos. Interessa o debate sobre etnicidade, na linha da Manuela Carneiro, e repito, em estudos sobre decolonialidade, considerando a produção de romances de orientação feminista decolonial, assim como os trabalhos de Segato, cujas construções sobre decolonialidade decolam de base antropológico-histórica.

Entre os pós-estruturalistas, eu respeito Foucault, em especial o método da genealogia e a Butler, que cada vez mais combina perspectiva crítica estrutural com seu original pós-estruturalismo. Mas me afastando de Foucault, e concordando com Achille Mbembe, para quem em continentes de marcas de colonialidade tão fortes, de violências tão presentes em especial contra os povos originais e os escravizados/colonizados, como África e América Latina, e aí Brasil, há que explorar mais o conceito de necropolítica que o de biopolítica. Como feminista de país do Sul há que também reconhecer em Foucault, problemas. A sexualidade para Foucault não tem gênero. E é todo um desencanto, um desencanto com os movimentos sociais. Nos anos 1990, eu não podia ler algumas autoras que hoje eu amo (risos).

Hoje em dia eu acho que se tende a algumas convergências. A Butler, de *Gender Trouble*, Deus me livre! Eu li e não entendi e não gostei. Mas, hoje, lendo *Bodies that Matter* e seus trabalhos sobre multidões, as assembleias, as mulheres em movimentos de resistência, nas ruas, que autora maravilhosa! O debate de Mbembe sobre pós-colonialismo chamando atenção para a combinação entre estrutura e subjetividade para entender pós-colonialismo e colonialidade são desafios para renovar a postura marxista, para melhor situar a contemporaneidade. Nós, marxistas, amadurecemos com a aproximação com a psicanálise, com a aproximação ao debate da subjetividade e os pós-estruturalistas vêm amadurecendo, ao se aproximarem de debates sobre a materialidade da vida concreta, a diversidade de vivências, a força do desejo e de necessidades e principalmente em face à barbárie dos tempos atuais, da fase atual do capitalismo. Estamos todos saindo do universal abstrato para o universal diverso, concreto.

Praia Vermelha Mas você enxerga essa confluência? Acha que estamos mesmo caminhando para isso?

Mary Garcia Castro Sim, caminhando não, engatinhando muitos de nós, sim, e acho que não é de hoje. A preocupação por rever criticamente conhecimentos, não diria por adotar confluências, mas investir em escutas, diálogos críticos e ênfase em um norte: o combate à barbárie. Mas, é mais um desafio do que rota de fuga consensual. A disputa com conservadorismos à direita e à esquerda continua.

Estou em exercício de mais baixo impacto, limitada a conhecer experiências de decolonialidade do saber, entender o conceito de reprodução e por aí o lugar da maternidade como relação social com alcance micro e macropolítico. Na UFRJ, como professora visitante, estou dando agora um curso sobre decolonialidade. Meu interesse é ver como saímos da teoria da decolonialidade baseada na experiência andina para aprender da experiência africana, e mais resgatar vivências coletivas locais, inclusive no campo artístico literário. Temos que entender melhor nossa história, a história do povo negro, desmistificando a África idealizada, investindo em arqueologia de tempos e espaços, entender a força da ancestralidade e sua relação com gênero. Claro, atenta à advertência de Lélia Gonzalez de que tal conhecimento sobre colonialidade e modelagens culturais africanas não deve

ter como objetivo identificar vigências de heranças no Brasil. Devemos entender o complexo afro-latino, com a escuta do outro, outros tempos, outros povos, tão próximos e tão singulares. Isso ajuda a questionar a ideia de nação e raça como todos homogêneos, chamando atenção para o debate contemporâneo sobre etnicidade, comunidades de afetos e vivências coletivas e resistências.

Meu interesse particular hoje é em estórias do período pré-colonial, colonial e pós-colonial, como contadas por autoras afrodiáspóricas como Scholastique Mukasonga; Buschi Emecheta, Paulina Chiziane, Paula Tavares e Ayobami Adebayo, e em especial como representam a maternidade e principalmente a relação entre maternidade e reprodução social de comunidades étnicas, a nação próxima ou como essa é discutida por Silvia Frederici, ou seja, força de reprodução da vida e paradoxalmente também de sujeição da mulher. Um tipo de matriarcado de baixa intensidade que colabora na reprodução do patriarcado. E em termos de um marxismo renovado interessa o debate sobre decolonialidade, considerando a visibilidade que essa perspectiva dá a sujeitos pouco considerados no marxismo, como aqueles em relações sociais não capitalistas, mas inseridos e necessários ao modo de produção capitalista. Mas, atenta às críticas de um autor marxista, que necessito mais explorar, Michel Cahen. Este em “O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade”, adverte que há que cuidar de absolutismos como sugerem leituras de Quijano, ou seja, que tudo se explica hoje por raça; que classe seria construto fora de época para entender o capitalismo hoje e que por aí, o proletário seria um sujeito a ser descartado assim como a luta de classes. Acervo-me da perspectiva decolonial por sua contribuição para a compreensão da história de corpos territórios colonizados. Tempos de estudo da complexidade/diversidade em especial de países como o Brasil em que o capital rentista convive por relações de poder com produções artesanais e a agricultura de quintal; em que agronegócio e agroecologia são disputas desiguais.

Praia Vermelha O que você vê nesses estudos que nos ajudam a pensar o nosso tempo contemporâneo?

Mary Garcia Castro Eu creio que o nosso problema foi que nós cortamos na América Latina um autor que precisa ser mais resgatado, que é Carlos Mariátegui, porque ele fala dos subalternizados na colonização

e como esta é presente hoje, como destaca o indígena e o escravizado. Eu creio que essa ideia de que o sujeito político de transformação a ser priorizado é o operário, num período em que a industrialização está criando água, isso não é mais exatamente assim, como também há que criticar hoje a ênfase no trabalho abstrato como categoria ontológica única e mais dedicarmos atenção a desejos, inclusive do bem viver. Então, eu acho que tem um marxismo crítico que está se reinventando por debates sobre alternativas e críticas à equação desenvolvimento/extratativismo-progresso. Feminismo decolonial e debates ecológicos colaboram com tal renovação. Hoje um dos autores que me parece mais fecundo no plano do marxismo é o Domenico Losurdo, que se refere a lutas de classes, e classes como composições de múltiplos sujeitos subalternizados não somente na relação capital e trabalho.

Eu percebi isso quando eu fiz os estudos sobre trabalhadoras domésticas. Elas não eram proletárias. É aquilo que o Quijano fala, elas são formações pré-capitalistas que chegam ao capitalismo, mas guardando uma funcionalidade dentro do capitalismo. Mas isso, voltando a Cahen, não autoriza apagar como sujeitos na história hoje, os, as proletárias nem deixar de lado a economia política. Há que discutir em que medida esses sujeitos, oriundos de formas não capitalistas, além de resistências, de sobreviverem em agrupamentos étnicos, de demarcar fronteiras, negociam e ameaçam poderes, hegemonias.

Praia Vermelha Mudando um pouco de assunto: Como é a sua trajetória nessas reviravoltas do feminismo no Brasil? De onde você começou e onde você está hoje?

Mary Garcia Castro Eu comecei no feminismo do Centro da Mulher Brasileira, com a Hildete Pereira de Melo, a Jaqueline Pitanguí, a Branca Moreira Alves, a Santinha, a Comba e a Rosiska de Oliveira, entre outras. Nós tínhamos em comum a preocupação com as desigualdades sociais em especial no campo de gênero e de forma mais imediata, a resistência ao golpe de estado. Foi quando chegaram as mulheres que vinham do exílio – começo dos anos 80. Elas vinham com as preocupações em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. Aquilo para nós era um escândalo porque a nossa preocupação era com a igualdade entre homens e mulheres no trabalho, na economia política. Quem me influenciava muito nessa época era a Elizabeth Sousa Lobo, com seu livro “A Classe

Operária tem dois sexos”. Então, a questão era trabalho, mas ela ampliava o debate sobre divisão sexual do trabalho e sexualidade. Com a entrada dessas outras mulheres, organizadas no “Coletivo”, com quem ‘brigávamos’, fomos também despertando para o reconhecimento da importância das reivindicações sobre direitos sexuais e reprodutivos e o feminismo da diferença. No trabalho político com as mulheres nas favelas, a gente percebeu que elas não queriam só falar sobre as condições de trabalho, elas também queriam falar das opressões que viviam no plano da micropolítica, na família, nas relações com os companheiros, as violências domésticas e as cargas, inclusive psíquicas, por culpas com a maternagem, e sobre isso, muitas vezes, elas não tinham com quem falar.

Eu tive também uma experiência muito importante que me fez a cabeça. Quando eu voltei dos EUA onde lecionei como professora visitante na Universidade de Georgetown, no início dos anos 2000. Fui chamada para colaborar em trabalhos de análise de projetos para bolsas para estudos feministas em um grupo da Fundação Carlos Chagas, coordenado pela Cristina Bruschini. Aí estavam mulheres maravilhosas e de múltiplas entradas político-teóricas, ainda que todas à esquerda, como a Celi Regina Pinto, a Albertina Oliveira, a Bila Sorj, a Leila Linhares, e a Heloisa Buarque de Holanda, entre outras. Por aí também contatos com a economista feminista Lena Lavinias e a Lourdes Bandeira, que se destacou no campo de estudos sobre violências. Era um feminismo acadêmico de perspectivas diversificadas. Tínhamos ricos diálogos, ambiência que muito flexibilizou algumas posturas rígidas que eu trazia da militância partidária. Não em termos de rejeitar tal militância: continuo até hoje combinando investimento em trabalhos acadêmico-intelectuais com a militância política, mas temperando princípios com escutas, e priorizando sentidos e negociações em lugar de redes construídas por afetos e nomeação de inimigos, afastando-me, portanto, de fratricídios ou sororicídios. Destaco a atração que vem daqueles tempos, da convivência com o grupo da FCC, pela irreverência criativa embasada em trabalhos no campo da arte e da cultura, de feminismos, como da Heloisa Buarque de Holanda.

Hoje em dia eu fico fascinada com as manifestações de rua das jovens. Quando elas vão para rua, ao mesmo tempo brigam pelo seu corpo e gritam “a América Latina será feminista e

não capitalista”, o que elas estão fazendo? Elas estão fazendo combinações, trânsitos entre distintos corpos e projetos e combinando arte, transgressão e desafios na economia política. Quando elas dizem “Fora Temer e Fora Cunha”, ao mesmo tempo elas fazem a crítica ao capitalismo e ao conservadorismo no plano de costumes; desafiam fundamentalismos, resgatam corpos em múltiplas e diversas sexualidades, mas não ficam em guetos identitários. Porém, hoje em dia há uma fragilidade dos partidos políticos e eu ainda considero que para enfrentar o capitalismo, você precisa de organizações como os partidos, então há que investir na implosão, modificando partidos, mas fortalecendo-os também.

O partido refere-se comumente a disputas em três frentes: a disputa das ideias, a disputa dos movimentos sociais e a disputa institucional. Isso é ideal, mas bem complicado. A disputa institucional come tudo, engole o debate de ideias, tende a ‘aparelhar’ movimentos sociais. A disputa de ideias combinando conhecimentos e práticas de movimentos sociais e saber gestado na academia pode ser uma utopia, mas é minha frente.

Hoje a conjuntura está muito difícil. Eu nem posso acusar os partidos de esquerda por privilegiar lutas conjunturais/ institucionais, estão na defensiva de feroz onda conservadora. Mas, é um problema que os partidos se concentrem muito na briga institucional, na democracia representativa, e acabem por deixar de lado a democracia participativa, o debate de ideias.

Hoje, um dos grandes problemas do feminismo, e do feminismo emancipacionista, ao qual estou filiada – hoje estou na União Brasileira de Mulheres – é o embate com o fundamentalismo, com o capitalismo rentista e com a economia das drogas e do crime organizado. Nós não tínhamos nada disso lá atrás. Nosso pano de fundo era a guerra fria, nós íamos para as favelas como militantes para dar cursos e promover debates políticos. Hoje eu acho bem mais complicado: a barbárie está evidente, se ampliando, e redes de organizações, diálogos entre perspectivas contra a barbárie e mais próximas de vivências do povo, de mulheres de múltiplas inscrições sociais, em especial em classe e frações de classes subalternizadas são um grande desafio. Ótimo a ênfase em lugares de falas, mas lugares de escutas e diálogos são urgentes. Decolonizar saberes, tentar combinar feminismo

em perspectiva emancipacionista crítica com feminismo por perspectiva decolonial e resgatar conhecimentos subalternizados pode ser considerado um retrocesso em termos de história de vida, já que nos anos 60 estava por virar o mundo. No entanto, se puder bem realizar aqueles objetivos, confesso que me sinto bem e colaborando em resistências epistêmicas.



Este número da Revista Praia Vermelha foi projetado e diagramado em abril e maio de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).